

DA EVIDÊNCIA À PRÁTICA: COMO FICA O CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA?

Elen Ferraz Teston¹

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6835-0574>.

A utilização de Diretrizes oriundas de Práticas Baseadas em Evidências nas ações de cuidado realizadas no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) é recomendada e defendida a fim de contribuir com a ampliação da qualidade e segurança da assistência prestada⁽¹⁾. Contudo, há um distanciamento entre pesquisa e prática, o que significa que inovações comprovadamente eficazes em saúde muitas vezes não chegam à prática ou somente após um período de tempo significativo. Desse modo, tornam-se necessários métodos que favoreçam a absorção e o acesso, pelos profissionais, às evidências produzidas⁽¹⁾.

No contexto da APS, estudos de intervenção, por vezes, pelo fato de não serem randomizados, são tolerados e não adotados, o que indica a necessidade de uma abordagem mais relativa para avaliar a utilidade de diversos tipos de evidências. Isso porque, as evidências complexas necessárias para orientar a ação de saúde pública não são especificamente as mesmas que são necessárias para fornecer uma estimativa imparcial do tamanho do efeito. O caminho da evidência baseada na prática não é inferior nem meramente o melhor disponível quando tudo mais falha. Muitas vezes, é a única maneira de gerar evidências significativas para abordar questões críticas sobre o investimento em intervenções de saúde na comunidade e no território⁽²⁾.

Há de se considerar que o desenvolvimento de intervenções no contexto da APS necessita levar em consideração a dinamicidade do território, as diferentes necessidades individuais e do contexto inserido e a disponibilidade de recursos e de engajamento dos usuários do serviço que não usufruem de um ambiente controlado. Assim, a busca por um cenário favorável para intervenção pode constituir uma barreira para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza, o que torna premente a desmitificação de condições ideais.

Atinente a isso, emergiram algumas questões a serem consideradas: pesquisas de intervenção na APS são incentivadas? Há valorização dos resultados produzidos por esses

estudos, mesmo com as limitações do cenário não controlado? Há investimento e apoio para realização de pesquisas nesse cenário pelas instituições? Quais as estratégias são necessárias para garantir a realização de estudos de intervenção na APS e para implementar os resultados destes na prática?

Reitera-se que a translação das evidências produzidas para a prática na APS é necessária não apenas por ser a porta de entrada do usuário nos serviços de saúde, mas também por implicar na prestação de serviços (de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento, vigilância, reabilitação e redução de danos) que atendam os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Espera-se que este editorial ofereça subsídios para reflexões acerca da importância de estudos de intervenção na APS e da utilização dos resultados na prática cotidiana, com vistas a contribuir com a operacionalização de programas e políticas públicas de saúde e com ações assistenciais que prezem pela segurança e qualidade.

Referências

1. Dang D, Dearholt S, Bissett K, Ascenzi J, Whalen M. (2022). Johns Hopkins evidence-based practice for nurses and healthcare professionals: Model and guidelines. 4th ed. Sigma Theta Tau International.
2. Abelson T, Ann-Kristin K, Helena M. A feeling of ambiguity: a qualitative content analysis of managers experiences of evidence-based practice in Swedish primary care. *Journal of healthcare leadership*; 2022: 143-53. DOI: 10.2147/JHL.S371643